

# MANDAGUARI NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ E A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES

*Nestor Alexandre Perekouskei*  
*Doutorando pelo PGE*  
[nestorap@pop.com.br](mailto:nestorap@pop.com.br)

*Bruno Luiz Domingos De Angelis*  
*Professor do PGE*  
[brucagen@uol.com.br](mailto:brucagen@uol.com.br)

*João Vitor Meza Bravo*  
*Acadêmico do Curso de Geografia-UEM*  
[jvbravo@gmail.com](mailto:jvbravo@gmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho busca a partir da análise do processo histórico de colonização do Norte do Paraná, com enfoque no município de Mandaguari, compreender o planejamento de uma rede de cidades que sofreram influências britânicas, com a introdução do modelo de cidades jardins. Nesse contexto, a partir de revisão de literatura e reflexões sobre os temas afins, o objetivo desta investigação foi identificar e compreender a importância das áreas verdes naquele período de colonização. Dos cinturões verdes inicialmente definidos, com o intuito de limitar o crescimento das cidades, bem como integrar as atividades cidade-campo, verificou-se que atualmente esses objetivos não foram alcançados, pois além das cidades terem sido organizadas de forma isolada, a sistematização de grandes propriedades de terras e mecanização da agricultura, provocou o processo de evasão demográfica nas pequenas cidades, como Mandaguari, em direção às cidades médias e grandes centros urbanos e, os processos de urbanização que determinaram mudanças nas Leis de uso e ocupação do solo, determinaram a expansão desenfreada das cidades, provocando graves impactos ambientais e desarmonia paisagística. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que possibilitem novas intervenções para a melhoria da qualidade ambiental, e consequentemente, da qualidade de vida das comunidades envolvidas, na perspectiva coletiva e igualitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonização. Planejamento. Áreas verdes.

## MANDAGUARI IN THE CONTEXT OF NORTHERN PARANÁ COLONIZATION AND THE IMPORTANCE OF GREEN AREAS

**ABSTRACT:** This paper seeks from the historical analysis of the colonization of the North of Paraná, focusing the town of Mandaguari, to understand the planning of a network of cities which endured the British influence on introducing the model of the garden cities. In this context, from

literature review and reflection about these themes, the aim of this investigation was to identify and comprehend the importance of green areas in the period of colonization. From the green belts previously defined in order to limit the growth of the cities as well as integrate the activities city-country, noticed the aim was not achieved, because the cities were organized in an isolated way, the systematization of the large properties and the farming mechanization caused the demographic process in the small towns, such as Mandaguari, towards the medium and large urban centers. The urbanization process determined the changes in the laws on using and occupying the land and the uncontrolled expansion of the cities causing important environmental damages and landscape disharmony. Therefore, it is necessary the development of research which enables new intervention to improve the environmental quality in order to improve the life quality of the related communities in the collective and equality perspective.

**KEY-WORDS** Colonization. Planning. Green areas.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de um capítulo da pesquisa de doutorado *Áreas verdes e serviços públicos de saúde na cidade de Mandaguari-PR: 2000 a 2010*, que enfoca o histórico do Norte do Paraná, destacando-se o município de Mandaguari.

O processo de colonização do Norte do Paraná deve-se inicialmente ser compreendido, como expressão do progresso de frentes pioneiras que avançaram irregularmente e de forma constante, proporcionando a interação homem/natureza. São as chamadas “franjas pioneiras”<sup>1</sup> magistralmente denominadas pelo geógrafo e historiador Pierre Monbeig (1908-1987).

De acordo com LUZ (1997) considerando a época e origem da colonização, o Norte do Paraná pode ser dividido em três áreas (Figura 1):

O Norte Velho, que vai da divisa nordeste com São Paulo até Cornélio Procópio, cortada pelos rios Cinzas, Laranjinhas e das Antas, a oeste o rio Tibagi, ao norte o rio Paranapanema e a leste o rio Itararé, colonizada entre 1860 e 1925 por paulistas e mineiros, que estendiam as plantações de café fazendo surgir núcleos urbanos, como Tomazina, Siqueira Campos, Santo Antônio da Platina, Venceslau Braz, São José da Boa Vista e Jacarezinho. O Norte Novo, delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema onde surgiram os primeiros núcleos urbanos, como Cambará, Andirá, Bandeirantes e Cornélio Procópio. Essa região foi colonizada entre 1920

---

<sup>1</sup> De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. (WAIBEL, 1958, p. 226).

e 1950. E, por último, o Norte Novíssimo, que se estende do rio Ivaí ao Paraná e Piquiri colonizado entre 1940 e 1960.



**Figura 1.** Mapa do Estado do Paraná: a divisão da região norte.

Fonte: LUZ, F. (1997).

Org.: BRAVO, J. V. M. (2011).

O Estado do Paraná, entre as décadas de 1920 e 1960, apresentou um expressivo crescimento populacional evoluindo de 12º, com 685.711 habitantes, para o 5º lugar, com 1.236.276 habitantes, entre os Estados Brasileiros, de acordo com (BRASIL, 2000). Esse avanço ocorreu principalmente devido a existência de grandes áreas de terras ainda inexploradas no Norte e Oeste do Estado.

Essas terras, de solo do tipo Nitossolo Vermelho, conseqüentemente determinou uma admirável expansão agrícola repercutindo na sua economia e desenvolvimento (LUZ, 1997).

Com a característica peculiar do solo de ótima qualidade para a atividade agrícola, o desbravamento de terras conquistado por meio de desmatamento de inúmeras áreas, foi decisivo para esse dinâmico processo de ocupação, além da expansão da cafeicultura paulista e a conjuntura econômica nacional, após a crise de 1929.

A ocupação do Norte, Oeste e Sudoeste do Paraná, bem como sua consolidação em outras regiões do Estado foi definitivamente representativa somente no início do século XX.

Nesse processo é possível identificar duas frentes pioneiras: a do norte, sendo extensão da expansão cafeeira do Estado de São Paulo, cujos agricultores paulistas e mineiros tinham interesses por terras novas e baratas, pois em seu Estado, as terras tornaram-se escassas e supervalorizadas, além disso, a proibição do plantio em São Paulo e em Minas Gerais, bem como o declínio da produção de cafezais em regiões de lavouras mais antigas, contribuíram para a busca de terras no Paraná; e a do oeste, formada por colonos descendentes de alemães e italianos, vindos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Essas frentes se encontraram entre os vales dos rios Ivaí e Piquiri, interligando as regiões e seus povoamentos. No entanto para o início desse processo ocorreram mudanças na política agrária e no sistema de colonização por parte do governo do Estado, colocando as terras devolutas à disposição para a ocupação permanente:

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, estabeleceu as principais linhas do regime de propriedade no Brasil e representou uma reavaliação da política de terras e do trabalho, regularizando a propriedade de terras, com as novas necessidades econômicas e dos novos conceitos de terra e trabalho decorrentes da expansão dos mercados e dos interesses capitalistas.

A referida Lei definitivamente proibia a aquisição de terras públicas por ocupação ou doações da Coroa, sendo realizada somente através da compra; o governo passa a ter o poder de controlar a terra e o trabalho; ao governo imperial cabia a execução da política de terras e colonização, no entanto, não ocorreram processos de ocupação, em sua maior parte, devido à falta de interesses políticos. (LUZ, 1997, p. 14). Especificamente no Estado do Paraná com relação às terras devolutas situadas no vale do Paranapanema, esse processo se concretizou principalmente devido a inexistência de uma agricultura comercial rentável, a precariedade das

vias de comunicação e um número representativo de mercados que pudessem justificar a ampliação de áreas para plantio.

Nesse contexto percebe-se que o sistema de colonização adotado até o início do século XX, que era voltado para a colonização de núcleos coloniais, praticamente não atraía agricultores, inclusive no Paraná, devido à agricultura comercial não ser ainda muito atrativa.

Somente com o advento da República toda essa estrutura sofre importantes modificações: nesse momento as terras devolutas pertencem aos Estados que passaram a organizar a sua administração. No Paraná percebe-se a necessidade em se aumentar a arrecadação estadual e para tanto se incentivou a venda de terras e o desenvolvimento da produção agrícola.

Esse processo de ocupação é ímpar no Brasil e talvez no mundo devido à sua rápida dinâmica de desbravamento de matas virgens, povoamento e também de cultivos, com destaque para o café. Em muito pouco tempo o Paraná passa a ser um dos principais produtores agrícolas do país.

O objetivo deste trabalho é compreender o processo de colonização do Estado do Paraná, enfocando o município de Mandaguari, que é universo da presente pesquisa, a partir de revisão de literatura e reflexões, bem como entender a importância das áreas verdes no planejamento da cidade, colonizada na década de 1930.

## 2. RESULTADOS

### 2.1. Pressupostos históricos

A cidade de Mandaguari está localizada no noroeste do estado do Paraná, e faz parte de uma região que teve seu processo de ocupação planejado no ajustamento de uma rede de cidades de acordo com os interesses capitalistas, principalmente com relação à expansão cafeeira nas escalas nacional e internacional, após diversos momentos de crise junto ao mercado internacional, formada por pequenos produtores e trabalhadores rurais e que já previa a fundação de pequenas cidades que pudessem apoiar a estrutura fundiária, tendo como base inicialmente a pequena propriedade.

De acordo com Luz (1997, p. 3) as “pequenas cidades próximas entre si foram surgindo, estabelecendo-se a cada 100 km uma cidade-pólo, destinada a centralizar as atividades econômicas, sociais e administrativas do seu raio de influência”.

Além dessa característica outras também corroboram para a organização espacial das cidades: empreendimentos privados de colonização; exacerbada demanda de força de trabalho; a evasão populacional do campo principalmente a partir da década de 1970, com a diminuição da produção de café, devido a adoção da agricultura mecanizada e concentração da propriedade fundiária (grandes propriedades), que afetou os pequenos núcleos urbanos e promoveu a mobilidade para centros urbanos maiores e outros.

O núcleo urbano estava fortemente interligado ao seu entorno rural, pois dependia do fornecimento de produtos agrícolas que alimentavam a população e também serviam de matéria-prima para as indústrias. A cidade, por sua vez, ofertava os bens e serviços diversos e também o beneficiamento, comercialização e industrialização dos produtos do campo, bem como se beneficiava dos progressos técnico-industriais. Por isso ocorriam grandes transformações nas cidades, como o desenvolvimento das ciências e das artes, a um ritmo muito mais acelerado do que no campo (LUZ, 1997, p. 5).

No Brasil a maioria das cidades se formou e se desenvolveu de forma espontânea no decorrer do tempo. Com a amplitude do povoamento, a urbanização se interiorizou. A partir dos fins do século XIX e século XX surgiram vários núcleos urbanos planejados, tanto por poderes públicos, como são os casos de Belo Horizonte, e Teresina como por empresas particulares, como algumas das principais cidades do Norte do Paraná: Maringá, Cianorte e Umuarama.

Com a reestruturação da economia após a crise da cafeicultura, a região do Norte Paranaense passa a ser administrada por um grupo social minoritário formado por grandes proprietários de terras.

Historicamente o início de todo esse processo deu-se conforme registrado pela Prefeitura do Município de Mandaguari (MANDAGUARI, 1982):

Devido às antigas relações com Portugal, o Brasil sempre manteve ligações com a Inglaterra. Com a independência do Brasil essas relações ficaram muito mais acentuadas, devido a sua riqueza de recursos, que prometia grandes progressos e também com vistas à dívida externa e reformulação do sistema tributário.

Essas articulações continuaram até o final da Segunda Guerra Mundial quando a partir daí, com o empobrecimento da Europa, os Estados Unidos passaram a dominar as exportações e importações e o comércio com o Brasil.

Contudo com o pré-domínio inglês em 1923, o então Presidente Arthur Bernardes, percebendo os problemas econômicos e descontente com o regime político republicano instaurado por Floriano Peixoto desde 1894, que passou a dominar a sociedade e criar divergências, a exemplo: as revoltas tenentistas, sentiu que deveria fazer alguma ação para modificar essa realidade (MANDAGUARI, 1982, p. 1).

Para tanto, convidou uma missão inglesa que viesse ao Brasil para fazer um estudo que pretendia iniciar um trabalho de reforma econômica. Para esta empreitada o governo inglês convidou o Lord Montagu e Mr. Simon Frazer, Lord Lovat, ambos com históricos importantes em trabalhos desenvolvidos para o governo britânico e o segundo também diretor da *Sudan Cotton Plantations*<sup>2</sup> *Syndicate*, com sede em Londres, que trabalhava com a produção de algodão no Sudão e posteriormente fornecia o produto para a indústria de tecido inglesa (MANDAGUARI, 1982, p. 1).

De acordo com os arquivos da Paraná Plantatios<sup>3</sup>, os principais objetivos eram:

adquirir terras no Brasil, ou em qualquer parte da América do Sul; desenvolver cultivos, plantios e negócios com produtos como o algodão, café, augar, cânfora, pimenta, cacau, borracha, madeira, trigo (cereais) e frutas; cultivar terras da companhia ou não, e implantar os recursos necessários para irrigao, drenagem, cerca, construo, bem como suas melhorias; construir, erigir, manter, alterar ou melhorar, ou fazer val-lo, canais, cursos d'água, ferrovias, estradas, edifícios públicos ou privados, telégrafos, serviços de água, energia, gás; vender, melhorar, gerenciar, permutar, arrendar, ou qualquer outra transao, o todo ou partes da propriedade e dos direitos da companhia; colonizar e assistir a colonizao de referidas terras, fazendas, distritos, territórios e propriedades e promover emigrao ou imigrao para esse fim. (THE TIMES, 1924).

---

<sup>2</sup> O termo *plantation* evoca a grande propriedade num país quente onde são cultivadas lavouras de chá, tabaco, algodão ou augar. O termo também já foi empregado como o ato ou a prática de plantar, embora essa seja uma acepo menos comum. (LONGMAN Dictionary of contemporary English, 2005). Pode também ser utilizado com o sentido de "assentar pessoas". (THE OXFORD English Reference Dictionary, 1996). Também tem o significado de colônia. (JOHNSON, 1997, p. 2).

<sup>3</sup> Entre 1924 e 1944, a *Paraná Plantations*  tema de 160 entradas nas páginas do jornal britânico, desde atas de reuniões do conselho a movimentos de aoes na bolsa de valores. (REGO, 2009, p. 209).

Além dos dois referidos representantes ilustres, também foi organizada uma comitiva de técnicos que tinham por missão estudar as possibilidades de produção brasileira, bem como a solução dos problemas imediatos que seriam identificados, buscando o aproveitamento de seus recursos naturais.

Com relação à importância dos recursos naturais Bigg-Wither (1974) fez uma descrição das pessoas, dos costumes e riquezas da região, da beleza da “mata virgem” com sua infinidade de espécies de fauna e flora, das formas de organização das tribos indígenas, da presença de ouro e diamante e da fertilidade das terras. O autor também salientou que para o aproveitamento de todo esse potencial de recursos naturais era necessário gente empreendedora. Ainda fez uma recomendação sobre o norte do Paraná: “de todas as partes da Província do Paraná, esse distrito é o mais apropriado para a fundação de uma colônia inglesa” (BIGG-WITHER, 1876, p. 276). É importante ainda destacar que Thomas Bigg-Wither e uma equipe de engenheiros e cartógrafos eram membros da *Paraná and Mato Grosso Survey Expedition*, e estavam encarregados da porção paranaense para explorar e levantar a largura da América do Sul, com o objetivo de construir uma estrada de ferro que cortaria o continente. A etapa seguinte desse processo histórico é representada pela fundação da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Antes mesmo de voltar à Europa, Lord Lovat reuniu os advogados Dr. João Domingues Sampaio e Dr. Antonio de Moraes Barros, para estudarem a fundação de uma empresa que pretendia criar e que no futuro representariam a assessoria jurídica deste novo empreendimento. Posteriormente já na Inglaterra, Lovat enviou o empresário Mr. Arthur Thomas para o Brasil, porém, juntamente com outros sócios da Sudan Plantations, fundou a Brazil Plantations Syndicate Ltda., com um capital de 200.000 libras esterlinas.

Sobre as viagens de Lovat pode-se considerar:

[...] suas visitas a terras remotas e regiões subdesenvolvidas lhe aguçavam a imaginação a um nível incomum e sempre acabavam com um prêmio, uma espécie de caça ao tesouro que ele, de antemão, sabia poder encontrar. Por essa época, Lovat acumulava uma notável milhagem em viagens e expedições e, decorrente delas, possuía experiência em negócios fundiários e assentamentos coloniais. (REGO, 2009, p. 49).

O descobrimento de novas terras e o conhecimento de áreas distantes pouco exploradas eram na realidade uma honra para a Grã-Bretanha, ou seja, representavam conquistas, que como potência marítima buscava avançar em seu comércio exterior. Nessa ótica, até o final do século XIX quase todas as partes do globo já eram conhecidas e mapeadas (pelo menos aproximadamente).

Mr. Thomas, por sua vez, pretendia fundar uma Companhia maior, com capital superior e com amplas possibilidades. Em 24 de setembro de 1925 o empresário e sua equipe concluíram todo o trabalho burocrático para o registro da empresa, subsidiada pelos ingleses, com um capital de 1.000 contos de réis. Era fundada a Companhia de Terras Norte do Paraná e estava criada a maior empresa no gênero de colonização que o Brasil já teve, para ocupar áreas onde estavam localizadas as melhores terras do País.

Como empresa capitalista, interessada na ampliação dos recursos aplicados, optou pela divisão de suas terras em lotes rurais e urbanos, que vendeu por preços muitas vezes superiores aos da compra. Mesmo investindo uma parte dos lucros na infra-estrutura da região, estes foram sempre elevados e certos, uma vez que os riscos da exploração da terra ficavam por conta do adquirente. (LUZ, 1997, p. 30).

O próximo desafio era a aquisição de terras que se encontravam sob o domínio de outras Companhias e também do Estado. Ocorreram ofertas tanto das empresas como do então Presidente do Estado Dr. Caetano Munhoz da Rocha, que sabendo da necessidade em se ocupar o Norte do Paraná, percebeu a oportunidade a partir do capital estrangeiro.

Considerando a opinião de Padis (1981), a explicação desse fenômeno se dá a partir da forma encontrada para transmitir a propriedade da terra pelas companhias colonizadoras e o Estado: o parcelamento de terras em pequenos lotes era vendido a prazo e a baixas taxas de juros, condicionando o tipo de economia local que exigia um capital barato, além do transporte e assistência técnica que os próprios colonizadores ofereciam para a instalação dos colonos; o baixo preço da terra também estimulou o fluxo migratório para a região. Nessas condições o lavrador organizava a sua lavoura promovendo o rápido desenvolvimento da economia agrícola na região e sua capitalização.

A implantação de uma rede de transportes e a proximidade das pequenas cidades fundadas recentemente facilitou o comércio de produtos, além disso, houve condições do mercado internacional propícias, que estimularam a expansão da cultura de alguns produtos, como o algodão (LUZ, 1997).

Segundo Katzman (1978) a colonização sendo completada conforme planejado foi autofinanciável, e criou uma sociedade rural de classe média que tinha muito estímulo ao crédito, por parte do Estado, para o pequeno agricultor. Dessa forma, a colonização se transformou em um investimento rentável que favoreceu o desenvolvimento econômico, e ao mesmo tempo ocupou o território para fins geopolíticos. Tanto o Estado, como os investidores privados beneficiaram-se com as concessões estatais.

A próxima etapa seria a ocupação de terras que só seria possível com a fixação de pólos colonizadores a partir de iniciativas da própria empresa. Foram realizadas algumas tentativas para se chegar até as terras adquiridas: vieram, por exemplo, pela Alta Sorocaba, no Estado de São Paulo, entrando por Presidente Prudente, através do rio Pirapó.

No entanto, os chefes da Companhia perceberam que o caminho mais viável seria partindo de Cambará, rumo a Jataí, onde se estendiam os trilhos da Ferrovia São Paulo-Paraná.

E foi por esse caminho que saiu uma comitiva em 20 de agosto de 1929 instalando o primeiro acampamento que se chamou “Três Bocas”, mais tarde chamado Londrina, onde foi também fixado o primeiro escritório da Companhia, que passou a vender lotes médios e pequenos a muitos interessados, tanto compradores de terras de todas as partes do Brasil, como também de imigrantes alemães, italianos, japoneses e outros (MANDAGUARI, 1982, p. 2)

Diante das dificuldades da Companhia em ocupar efetivamente as terras devido às dificuldades em transportes, houve interesse em comprar a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, o que ocorreu em 1928 com acesso apenas até Cambará. Em 1932 os trilhos chegavam a Jataí e em 1934 em Londrina, ano também de sua elevação de patrimônio a município (MANDAGUARI, 1982, p. 2).

A década de 1930 foi ricamente importante para a Companhia com relação a seus objetivos: “o plano de divisão de toda a área em lotes médios e pequenos, havia atingido todos os objetivos de uma ocupação efetiva. O minifúndio é a melhor maneira de se ocupar terras tão férteis, onde os próprios donos ocupam e passam a produzir sobre o que lhes pertencem”

(MANDAGUARI, 1982, p. 2). A partir de Londrina foram criadas novas cidades que nasceram como povoados, mas que posteriormente foram se emancipando: Cambé, Rolândia, Araongas, Apucarana e Mandaguari que foi emancipada na década de 1940.

Com a Segunda Guerra Mundial os problemas passaram a atingir também a Companhia. O Brasil não possuía ainda siderúrgicas suficientes para fornecer tecnologia à construção da estrada de ferro. Paralelamente, a Inglaterra que provia todo o material necessário, ficou sozinha logo no início da guerra, tendo suas forças aliadas dominadas pelos nazistas e conseqüentemente, sua indústria sofreu perdas consideráveis e o governo precisou tomar algumas medidas para fazer retornar o capital do País, que estava sendo aplicado no exterior.

Nesse cenário os empresários foram obrigados a colocar a Companhia à venda que foi negociada com um grupo brasileiro, porém, com os objetivos de colonização continuamente mantidos.

Em 1942, o empresário Gastão de Mesquita Filho, que estava em São Paulo, visitou o escritório Levy, que cuidava de negócios ingleses no Brasil e soube que a Companhia de Terras Norte do Paraná estava na lista dos empreendimentos à venda, devido aos problemas relacionados com a Segunda Guerra Mundial (MANDAGUARI, 1982, p. 2).

Ciente da grandeza e possibilidades da empresa buscou encontrar sócios, entre eles o Dr. Gastão Vidigal que naquele momento era titular da CECHIN, organismo que superintendia as exportações brasileiras e que também se interessou pela aquisição.

O Governo Federal tomou partido condicionando sua anuência ao negócio da compra da empresa, desde que a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, lhe fosse vendida por 88.000 contos de réis (já haviam sido pagos pela empresa 128.000 contos de réis), o que acabou se concretizando (MANDAGUARI, 1982, p. 2).

Apesar de muitas desistências por parte dos empresários, especificamente Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho procuraram novas possibilidades e as ações da empresa foram distribuídas entre os seguintes grupos: além dos dois empresários, Arthur Bernardes Filho e Irmãos Soares Sampaio. Posteriormente os grupos Sulamerica e Matarazzo e outros. Em 1951 foi denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná com o objetivo de ampliar suas atividades a outros setores, como fábricas de cimento e açúcar e usinas hidroelétricas (MANDAGUARI, 1982, p. 2-3).

De acordo com este plano, a ação desenvolvida pela Companhia concentrou-se em três atividades principais:

1) **Colonização**, incluindo o planejamento, loteamento e a venda de terras; 2) **Construção de estradas**, essenciais ao escoamento da produção e à ligação dos vários núcleos de povoamento entre si e com os principais centros do país; 3) **Implantação de núcleos urbanos** (cidades e patrimônios), destinados a concentrar as atividades econômico-sociais e servir como pólos irradiadores de toda a obra colonizadora. (LUZ, 1997, p. 37).

A base de sua infra-estrutura estava sediada em Lovat (mais tarde Mandaguari), porém, os planos eram de fundar Maringá, a ser localizada no centro da área primitiva dos 515.000 alqueires paulistas. Em 1947 é fundada a cidade de Maringá, onde posteriormente passa a se localizar o escritório da empresa (MANDAGUARI, 1982, p. 3).

O sistema de vendas da Companhia passou a ser realizado por agentes, que atuavam em diversas partes do Brasil. Muitas vezes esses sujeitos contratavam subagentes, que a eles se vinculavam diretamente, por organizarem vários grupos de compradores interessados nas terras do Norte Paranaense. Com a adoção desse sistema, era muito comum a venda de lotes vizinhos a parentes ou amigos que vinham da mesma região, formando pequenas colônias.

A Companhia promovia a venda de propriedades intensificando propagandas sobre a fertilidade das terras, vantagens para o agricultor e as perspectivas de êxito; a segurança da compra estar sendo realizada via empresa colonizadora organizada, que oferecia facilidades de aquisição e garantias de posse. Com a concorrência entre empresas colonizadoras, estas procuravam atrair compradores por intermédio da imprensa, rádio e cartazes, inclusive colocados estrategicamente em vagões de trens. Posteriormente a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) continua a fundar novas cidades que se expandem no decorrer da década de 1950, num total de 62 comunidades<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Das 62 comunidades fundadas pela CMNP, incluíam-se nessa época as seguintes: Água Boa, Apucarana, Aquidaban, Araongas, Aricanduva, Astorga, Atalaia, Barão de Lucena, Belém, Bonsucesso, Cambé, Cedro, Cianorte, Cruzeiro do Sul, Doutor Camargo, Floraí, Guadiana, Heimtal, Iguaritetê, Iguatemi, Inajá, Indianópolis, Itacolomi, Ivaitinga, Jandaia do Sul, Japurá, Jussara, Lobato, Londrina, Lovat, Malu, Mandaguari, Marabá, Maringá, Marialva, Maristela, Marques dos reis, Marumbi, Nova Esperança, Paçandu, Perobal, Pirapó, Presidente Castelo Branco, Rolândia, Sabáudia, Santo Antonio do Caiuá, São João do Caiuá, São Jorge, São Manoel, São Miguel do Cambuí, São Lourenço, São Pedro, São Tomé, Sarandi, Sumaré, Terra Boa, Tuneiras d' Oeste, Umarama, Uniflor, Valência Vidigal e Warta. Algumas eram distritos de cidades maiores e que no futuro tornaram-se municípios (MANDAGUARI, 1982).

No decorrer de 50 anos de atuação da empresa na região foram vendidos lotes rurais e chácaras para 41.741 compradores, perfazendo um total de 500.000 alqueires. Posteriormente com subdivisões realizadas por terceiros, este número chegou a 83.483 proprietários que representa uma média de 5,99 alqueires por proprietário (MANDAGUARI, 1982, p. 3).

No entanto, no decorrer de todo esse processo de ocupação, bem como nos últimos anos, as áreas mais apropriadas a pastagens se aglomeraram, organizando-se em grandes propriedades, e o mesmo vem acontecendo nas regiões próprias para a produção de soja e outros grãos. Dessa forma, ocorreu um processo de evasão demográfica devido principalmente a existência desses grandes latifúndios e também da mecanização da agricultura, entre outros motivos já mencionados anteriormente.

Após toda a discussão percebe-se uma lacuna em todo esse processo: Se o plano inicial de colonização da Paraná Plantations era tão potente, por que não foi imitado no Brasil por outras companhias privadas?

Primeiramente para se desenvolver um planejamento à longo prazo, o empresário deve ter recursos que sejam capazes de adquirir tamanha quantidade de terras. Por parte do Estado, o governo nem sempre dispõe desses recursos. Além disso, se não concluir o projeto considerando o período de sua administração, provavelmente não será terminado pelo sucessor.

A colonização do norte do Paraná não dependeu somente do capital empregado, e sim, de um conjunto de investimentos com um objetivo menos imediato do que simplesmente a venda de terras. O objetivo comercial do empreendimento estava atrelado à emergência do desenvolvimento da atividade agrícola que dependia da infraestrutura oferecida pela região.

Os administradores da empresa apostavam na frente pioneira e no interesse dos imigrantes e futuramente, no aumento do valor das terras e por isso beneficiaram-se do desenvolvimento regional (REGO, 2009).

## 2.2. Ocupação de Mandaguari

Paralelo a este breve histórico da ocupação do Norte do Paraná insere-se também a discussão sobre a ocupação do município de Mandaguari, que nos anos 1935 e 1936 apresenta inúmeras dificuldades para as pessoas em seu processo de colonização, como a epidemia da febre amarela (febre dos macacos), que deixava inúmeros macacos mortos nas matas que transmitiam o vírus aos colonos, provocando a moléstia, que resultou em um considerável número de mortes. Além disso, chuvas freqüentes que dificultavam o acesso devido às estradas ficarem realmente intransitáveis; as superpopulações de animais selvagens, insetos e aves que invadiam e destruíam as plantações e o espectro negro da geada de 1942, arruinando a economia cafeeira que era nesse momento a principal responsável pelo progresso da região.

A retomada de forças se deu a partir de 1943 com o intenso movimento migratório representado pela vinda de grupos estrangeiros. Mandaguari é dividida em algumas glebas: Patrimônio Mandaguari, Ribeirão Vitória e parte das Glebas Ribeirão Alegre, Keller e Dourados (MANDAGUARI, 1982, p. 5).

Com o intuito de prestar uma homenagem a um de seus diretores a CTNP denominou “Lovat” o patrimônio, cujo projeto inicial está datado de 30 de março de 1937. Este projeto estabelecia além de quadras pré-determinadas às áreas de lazer, igreja e repartições públicas, totalizando 89 quadras subdivididas em 1667 datas<sup>5</sup>.

Com o objetivo de regularizar a divisão político-administrativa e judiciária do Estado do Paraná para o período de 1944 a 1948, é assinado por Manoel Ribas em 30 de dezembro de 1943, o Decreto Lei nº 199, o qual estabelecia que o município deveria elaborar e apresentar um mapa municipal no prazo de um ano, caso contrário permaneceria na condição de distrito (MANDAGUARI, 1982, p. 41).

Criou-se a partir daí o Distrito de Mandaguari<sup>6</sup>, formado com parte do território do Distrito de Caviuna e subordinado ao município e comarca de Apucarana. Em 14 de outubro de

---

<sup>5</sup> “Data” – Termo popular, usado na região, para designar lote urbano (MANDAGUARI, 1982).

<sup>6</sup> Na elaboração dos anexos do Decreto Lei nº 199, o Diretório Regional de Geografia localizado em Curitiba, utilizou-se do mapa do município de Londrina, por ser o mais atualizado e completo da região naquele momento. A particularidade deste mapa é constar um rio com o nome de Mandaguari. Parece claro que ao denominar o povoado Lovat em Distrito de Mandaguari, levou-se em consideração o rio e não a abelha que havia emprestado seu nome ao rio. Sobre a palavra Mandaguari sabe-se ser de origem Tupi, designando uma abelha silvestre. De acordo com o

1946 a Companhia apostando no desenvolvimento da então Vila de Mandaguari, altera o projeto inicial, totalizando 200 quadras subdivididas em 2600 datas.

A elevação de Distrito para o Município de Mandaguari deu-se a partir do Decreto Lei nº 1982 de 23 de março de 1944, o qual designava o dia 12 de abril para a instalação dos Têrmos e Distritos de Paz.

Em 20 de abril de 1944, instalava-se o Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Mandaguari, tendo como titular Aristides Alves Dias. Demonstrava-se a dependência do distrito ao município de Apucarana, pelo exercício dos serviços de fiscalização na arrecadação de impostos, efetuados pela sub-Prefeitura de Mandaguari, tendo como responsável Ernani Milo de Oliveira, e como fiscal Manoel Henrique Manso.

A partir da Lei nº 2, de 11 de outubro de 1947, criada pela Assembléia Legislativa do Estado e sancionada pelo então Governador Moysés Lupion, eleva o distrito de Mandaguari à categoria de Município, juntamente com outros 21 distritos. Segundo a Lei, o município que não arrecadasse no ano de 1948 uma renda superior a Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) seria reconduzido à situação anterior (MANDAGUARI, 1982, p. 44).

Compunham o território municipal, além de Mandaguari, os distritos de Marialva, Maringá e Paranaíba, cujos povoados foram elevados à condição de Vilas, que posteriormente com a criação da Lei nº 790 de 14 de novembro de 1951 são elevados à municípios. Mandaguari adquire parte do território de Apucarana, ficando apenas com o distrito sede.

Normalmente quando se consideram “áreas não metropolitanas” polarizadas por pequenas e médias cidades atribuem-se aspectos positivos com relação à qualidade de vida.

No entanto, quando se depara atualmente com a realidade local dessas áreas verifica-se a ausência significativa de serviços e equipamentos públicos.

Em seus estudos Endlich (2009) destaca que uma das principais características das áreas polarizadas por pequenas cidades é o declínio demográfico. Nesse contexto, muitas escolas foram fechadas, os serviços de saúde ficaram cada vez mais precários; escassez na segurança pública, bem como de equipamentos públicos para o lazer e outros.

---

Dicionário dos Animais do Brasil Mandaguari é sinônimo de Tubuna que é uma abelha social indígena, “*Trigona postica*”, talvez idêntica à Mandaguari (MANDAGUARI, 1982).

Apesar de todo declínio demográfico, mesmo sendo áreas rarefeitas, ainda existe nestas cidades uma significativa presença humana, que continua necessitando de atenção por parte do poder público e do Estado, ou seja, é necessário o planejamento de novas formas de gestão para atender às necessidades atuais dessa população.

Na maioria dos casos essas novas estratégias de gestão têm como foco as áreas metropolitanas (de adensamento), porém, áreas não-metropolitanas (de esvaziamento) também necessitam desse olhar, até mesmo pela questão do direito humano de igualdade, ou seja, a sustentabilidade social que prevê as condições de vida de um grupo numa perspectiva igualitária (DALLABRIDA, 1999).

Ainda de acordo com os estudos de Endlich (2009) a estrutura político-administrativa do território mostra que 75% dos municípios brasileiros possuem menos de vinte mil habitantes. Esses números revelam concomitantemente a tendência de concentração, mas também de dispersão na territorialidade brasileira, divididas em áreas metropolitanas e não-metropolitanas.

Analisando o espaço como um todo, é preciso considerar que este é produzido a partir de forças de concentração e dispersão geográfica das atividades econômicas em concordância com os objetivos dos processos capitalistas. (HARVEY, 1982; SANTOS, 1979).

Nesse contexto, se aparentemente o capital pareça ser mais evidente em áreas metropolitanas, a produção de áreas dispersas também está inserida em todo esse processo, pois não está de forma alguma desvinculada de interesses industriais. São as áreas que servem para a produção agropecuária em grandes extensões e que são evidentemente impulsionadas pela indústria, e que também, passam pelo esvaziamento demográfico, devido principalmente ao processo de mecanização da agricultura, absenteísmo e a concentração fundiária.

Na lógica deste processo, os papéis das pequenas cidades foram se modificando, na medida em que as concentrações espaciais demográficas e as rendas foram direcionadas às áreas metropolitanas, gerando processos de dispersão no conjunto das pequenas e médias cidades.

Nos últimos anos a região metropolitana de Maringá que faz parte do Noroeste do Estado do Paraná foi uma das muitas regiões metropolitanas instituídas no Brasil<sup>7</sup>. A partir desta

---

<sup>7</sup> A região metropolitana de Maringá foi instituída pela lei complementar estadual 83, de 1998, e compreende os municípios de Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paiçandu e Sarandi. Posteriormente em 2005 foram incluídas as cidades de Astorga, Doutor Camargo, Itambé, Ivatuba e Presidente Castelo Branco. A população passou a ser estimada em 576.581 habitantes de acordo com o IBGE (BRASIL, 2005).

institucionalização verificam-se certas diferenciações com relação às dinâmicas demográficas das diversas cidades, porém concomitantemente apresentam-se articuladas: algumas cidades estão mais articuladas com Maringá, outras permanecem afastadas.

Até o momento não existe concordância no meio acadêmico quando se trata dessas articulações políticas, portanto não se pode considerar consenso que todas essas cidades correspondam a áreas metropolitanas.

Em seu livro “As cidades plantadas: Os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná” em 2009, o arquiteto Renato Leão Rego considera que esta paisagem no tocante à organização territorial, ao seu conjugado de cidades, às áreas verdes estabelecidas ao redor das cidades e à sua articulação ferroviária, reflete a ideia de planejamento urbano e regional difundida no império britânico desde o início do século XX.

Na forma em que foram plantadas, estas pequenas cidades em formação se entrosaram com o campo que começava a ser lavrado. Juntos, cidade e campo podiam equilibrar as suas deficiências e equacionar as potencialidades de cada um no tocante a serviços, comércio, trabalho e renda” (REGO, 2009, p. 23).

Avaliando os projetos das novas cidades quanto ao “tamanho, forma e disposição de quadras, de ruas e de áreas livres, torna-se possível sondar a intenção projetual implícita na composição do novo espaço urbano e compreender as características [...] de cada projeto [...]” (REGO, 2009, p. 97).

O tecido urbano de uma cidade é determinado pela composição de suas edificações, organização de ruas, quadras, lotes, parques, praças e monumentos, ou seja, a articulação desses diversos elementos urbanos.

De maneira geral, os processos de urbanização organizados pela *Paraná Plantations* eram de cidades desenhadas em terrenos de matas desbravadas, ou seja, eram cidades pensadas como ideais, que poderiam assumir formas abstratas e homogêneas (padrões regulares e sistemas ortogonais, como tabuleiro de xadrez), e bem poderiam já ter sido pensadas e produzidas mecanicamente. No referido modelo percebe-se a organização do espaço urbano por meio do emprego de formas regulares e de certa hierarquia de vias. O tecido urbano não apresenta divisões em zonas, a aparência é uniforme e contínua, sem diferenciação de bairros.

No entanto, observa-se um início de zoneamento urbano em lotes próximos à ferrovia que se constitui em áreas maiores que se contrastam com outros lotes residenciais e comerciais no centro da cidade.

Outro padrão adotado refere-se ao centro da cidade, que se destacava no *layout* ortogonal, tanto pelo alto relevo, quanto pela concentração de edifícios públicos compostos por instituições ao redor de uma praça central, onde ficava a igreja católica.

Da mesma forma esse padrão estabelecia a construção de uma praça diante da estação ferroviária dentro dos limites da cidade. Normalmente, as urbes eram implantadas ao sul da via férrea. O largo da estação ferroviária, área pública livre, era conectada à praça central por uma avenida principal.

Percebe-se que o desenho da cidade começava a partir do ponto onde se definia a estação, que se caracterizava como a porta de entrada. O cemitério, por sua vez, se localizava no limite sul da cidade, ou seja, no extremo oposto à estação ferroviária. Estes equipamentos urbanos – cemitério e estação ferroviária – localizavam-se em posições opostas simétricas com relação ao centro da cidade e acabavam determinando seus próprios limites.

No arruamento, o planejamento foi realizado procurando acompanhar os pontos cardeais, onde as ruas desenhadas no sentido norte-sul possuíam um maior número de lotes que apresentavam seu lado maior à leste-oeste.

Entretanto eram nas avenidas, onde se voltava a maioria dos lotes de quadras, que apresentavam 20 metros de largura (as ruas apresentavam 15 metros de largura), que se destacavam a hierarquia e a importância dessa via urbana. (REGO, 2009, p. 128).

Essa lógica sempre foi interessante na organização de assentamentos urbanos temporários, construídos às pressas, ou mesmo, para fins militares ou coloniais, pois, a cidade com essas características representava um modelo ideal à especulação imobiliária e à distribuição de terras.

Nas cidades da Companhia de Terras, os residentes eram (ou tinham a chance de ser) os proprietários de seus lotes, o que contrastava com outras *company towns* (ALLEN, 1982).

Normalmente a maior parte da área urbana dessas cidades era propriedade da Companhia, que ficava sendo responsável pela dinâmica das atividades urbanas. Muitos negócios, como a oferta de serviços públicos: abastecimento de água e energia e até mesmo ações de outras

companhias de colonização, eram permitidos nos territórios da Paraná Plantations (CRINSON, 1997).

As formas urbanas adequavam-se às circunstâncias topográficas de forma a ajustar o padrão ortogonal buscando o desenho urbano ideal.<sup>8</sup> As cidades fundadas pela Companhia quando observadas em conjunto apresentam uma variedade de configurações. Essa técnica projetual determinou a variedade e unicidade das cidades da *Paraná Plantations*.

### 2.3. As áreas verdes

As formas das cidades fundadas pelos britânicos no Paraná, não atendiam apenas a critérios econômicos, comerciais, funcionais e sanitários, mas também, a questões estéticas e ambientais. Em seus projetos, demonstravam muito zelo com a escolha do local para a implantação da cidade, como por exemplo, na procura do alto terreno, as nascentes eram preservadas. Além disso, a ocupação rural obrigatoriamente deveria manter 20% de área de cada lote com reserva florestal, num momento em que ainda não havia uma Lei no País que regularizasse questões dessa natureza.

Com relação às praças nas cidades da Companhia normalmente apresentavam-se com formatos regulares. A presença de campos triangulares como áreas públicas livres não ocorria devido à preocupação estética, mas sim, pela adequação à variação do desenho viário que resultava das condições topográficas.

Com isso, a configuração das praças obedecia à configuração de quadras anteriormente desenhadas: eram algumas partes destacadas das quadras ou mesmo resultado da justaposição de vias com orientações diferentes. Raramente as praças recebiam uma forma específica,

---

<sup>8</sup> A rigor, a simetria formal desapareceu justamente quando a topografia impediu de se manifestar, como no caso do traçado de Mandaguari e Apucarana, por exemplo. De fato, a regularidade e a simetria formais foram atenuadas no desenho de Mandaguari (...). Condicionada pelas vertentes do terreno, essa forma urbana acompanhou o desenho serpenteante previsto para a via férrea e desenvolveu-se ao longo dele. Com efeito, o layout alongado decorreu do ajuste às condições topográficas mais favoráveis para que a via principal que parte da estação e leva ao centro da cidade mantivesse a mesma cota, como é de praxe no padrão dessas cidades. Deste modo, a cidade ganhou um desenho mais orgânico, menos rígido que aqueles apresentados até aqui. Contudo ela ainda manteve as características que constituíram o padrão dos projetos urbanos da Companhia (REGO, 2009, p. 131).

obedecendo fielmente o projeto de traçado das cidades: vias retas, formas geométricas e configurações regulares.

Com relação às áreas verdes, Beevers (1988) enfatiza também algumas discussões de Ebenezer Howard sobre a teoria de Wakefield, que contribuiu na construção da ideia de cidade jardim difundida na virada do século XX. De acordo com esta teoria, quando uma cidade alcançasse determinado tamanho, os planejadores limitariam o seu crescimento através de um cinturão verde<sup>9</sup> e iniciariam outra cidade.

A construção de um cinturão verde ao redor da cidade de Adelaide, na Austrália, sugeriu a Howard as possibilidades de um cinturão agrícola ao redor da cidade jardim, que ele denominou *green belt*, estabelecendo as premissas para a constituição da “cidade social” (HOME, 1997).

Acrescenta King (1980, p. 206) que “para os britânicos, o planejamento racional significa *garden city*”. Desse modo, várias técnicas e objetivos do planejamento foram sendo adotados: colonização e assentamento sistematizado, desenvolvimento ordenado, ambientes fisicamente saudáveis, fluxos de tráfego facilitados, áreas residenciais planejadas, baixas densidades e zoneamento.

Howard (1889) também defendia a possibilidade de organização de um grupo de cidades auto-suficientes e que seriam mantidas por um sistema cooperativo: a terra não era de propriedade privada e a arrecadação da cidade jardim era provinda de aluguéis cobrados em valores menores que o de mercado.

A área para a construção da cidade era comprada a valores de terrenos agrícolas e o capital necessário para sua aquisição se tornaria uma dívida de toda a população. Essas cidades eram separadas por cinturões verdes de modo a continuarem articuladas com o campo e, por serem de baixa densidade populacional e com área verde abundante, teriam qualidade ambiental de forma a minimizar os problemas urbanos e sociais que afetavam a sociedade já naquela época.

No entanto, foram sendo construídas duas cidades jardins distantes e desarticuladas do campo corroborando para o fracasso das concepções de Howard, permanecendo a imagem da

---

<sup>9</sup> De acordo com Ferrari (1974) os “cinturões verdes” são florestas artificiais que separam os complexos industriais das áreas urbanas. Di Fidio (1990) classifica cinturões verdes como espaços verdes suburbanos. De Angelis et al. (2007) consideram os cinturões verdes que envolvem zonas industriais, capazes de impedir o carregamento de partículas em suspensão na atmosfera, a partir das correntes de ar que se movem em direção aos centros urbanos. Também proporcionam melhor qualidade ambiental e modificam o microclima local, saturado pelos poluentes emitidos pelas indústrias, dispersando a ilha de calor local. Desempenha ainda o papel de diminuir a intensidade dos ventos e das massas de ar para proteção das zonas residenciais.

cidade isolada. Muitas cidades ou bairros específicos foram sendo planejados nesta lógica como a cidade de Welwyn; o bairro Hampstead Garden Suburb, criado nos arredores de Londres em 1905; Tóquio; Nova Iorque; os bairros Jardim América, Alto da Lapa, Bela Aliança, Butantã, Pacaembu e Alto do Pinheiros em São Paulo, conforme registrado pela Companhia City de Desenvolvimento. (WOLFF, 2001; ALMANDOZ, 2004; LEME, 2005).

De acordo com Rego (2009), as cidades do norte do Paraná não apresentam semelhanças com as cidades inglesas, muito menos com o urbanismo inglês, entretanto, analisando o conjunto de cidades, alguns aspectos são semelhantes:

As cidades fundadas pela Companhia de Terras assemelham-se ao padrão das cidades coloniais britânicas. Os processos de urbanização articulados com o campo demonstram também afinidade com as ideias de Howard; nova semelhança são as relações entre as ferrovias e as cidades: estas eram organizadas em face da própria ferrovia ou da sua chegada; outra característica interessante é a sistematização dos assentamentos quando se verifica o projeto coordenado da via férrea e das cidades, tanto pelo desenho urbano que tinha por base a estação, como pela organização do conjunto de cidades, que objetivava o aproveitamento das qualidades da cidade social, evocando a idéia de Howard.

Além disso, analisando a planta geral da Companhia de Terras, observa-se que o parcelamento rural iniciava-se além de um círculo de terra deixado no entorno das cidades planejadas, sem qualquer referência ou especificação. Qual o objetivo desta área vazia? Seria um cinturão verde?

Com esse pressuposto, a empresa já conhecia muito bem as ideias do movimento Garden City, que já eram amplamente discutidas na mídia e em debates no Parlamento Britânico e possivelmente seus diretores já estavam aplicando-a em sua propriedade. No entanto, pode-se também considerar que a Companhia ao divulgar o empreendimento no Norte do Paraná, não fez qualquer menção à cidade jardim.

Neste caso, a área reservada no entorno da cidade planejada tinha apenas como objetivo a sua expansão? De qualquer forma, não se pode desconsiderar que a ideia de cinturões verdes ao redor das cidades não estava sendo aplicada nos projetos de novas urbanizações no mundo colonial britânico e porque não também no Norte do Paraná.

O próprio ambiente metropolitano conspirava a favor desta lógica: novas urbanizações empregavam o *town planning*, onde campo e cidade não ficavam mais isolados, sendo característica básica para a manutenção da população rural. Unwin, um dos membros do Comitê para o planejamento regional de Londres, usou o termo cinturão verde como sinônimo de *country belt*, fazendo referência a espaços abertos com parques, atividades esportivas e áreas agrícolas.

Ainda considerou como proposta a construção de um cinturão verde no entorno de Londres, para compensar tanto a ausência de áreas verdes, como para controlar o crescimento da cidade. Essa concepção das áreas verdes foi rapidamente adotada por planejadores na Europa, na América e com certeza, também no Norte do Paraná.

Essa afirmação pôde ser comprovada através do próprio inventário da Companhia comemorativo aos cinquenta anos do empreendimento: “ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, frutas, hortaliças e legumes [...]” (PARANÁ, 1975, p. 76).

Ainda as sociedades modernas, a partir dos anos 1930, principalmente em Amsterdã e Grã-Bretanha, resolveram inovar as formas urbanas que não podiam destruir, devido aos investimentos e efetivos que representavam, procurando deter a intensidade das formas de aglomerações, com o incentivo à adoção de formas inéditas de estabelecimentos humanos: novas cidades planejadas instituindo cinturões verdes, em substituição à poluição que as estruturas tradicionais provocavam (CLAVAL, 2001).

Da mesma forma, a cidade de Mandaguari, de acordo com as cidades planejadas do Norte do Paraná, também correspondeu ao modelo britânico de cidade jardim, procurando articular as atividades campo-cidade e delimitar os limites do município, no entanto, com a organização das grandes propriedades de terras e a mecanização da agricultura, ocorreu o processo de evasão demográfica, em busca de melhores condições de vida em cidades médias ou mesmo nos grandes centros urbanos.

Em contrapartida, os processos de urbanização que determinaram mudanças nas Leis de uso e ocupação do solo, apresentaram expansão desenfreada da cidade, desarticulação viária (ruas, avenidas, praças, áreas verdes urbanas), bem como a degradação ambiental.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise histórica do município de Mandaguari, ocupado na década de 1930, seu processo de colonização foi planejado com a preocupação ambiental no ajustamento de uma rede de cidades, e nos remete ao próprio processo de colonização do Estado do Paraná, onde se verificou expressivo crescimento populacional entre as décadas de 1920 e 1960, devido à existência de grandes extensões de terras devolutas que pertenciam ao governo ou a empresas, a expansão da cafeicultura paulista e a conjuntura econômica nacional após a crise de 1929, que promoveram mudanças na política agrária e no sistema de colonização organizado pelo governo do Estado, que passou a ofertar terras para a ocupação permanente por meio de vendas, de acordo com os novos interesses capitalistas.

Historicamente o processo de ocupação do norte do Paraná apresentou um pré-domínio inglês desde a década de 1920, inclusive com a organização de expedições que tinham por missão conhecer e explorar os recursos naturais da região, que resultou na fundação da Companhia de Terras Norte do Paraná, que se desestruturou devido à Segunda Guerra Mundial, transformando-se na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná nos anos 1950, tendo sua base sediada no Patrimônio Lovat, mais tarde o município de Mandaguari, devido aos interesses de investimento no processo de colonização atrelado à emergência do desenvolvimento da atividade agrícola.

Devido ao processo de colonização e planejamento ter sido totalmente influenciado pelos ingleses, a paisagem no norte do Paraná demonstra, no tocante à sua organização territorial, a formação de um conjunto de cidades, presença de áreas verdes estabelecidas ao seu redor e a articulação ferroviária. As formas dessas cidades não atendiam apenas a critérios econômicos, funcionais e sanitários, mas também a questões estéticas e ambientais, demonstrando muito zelo com a escolha do local para a implantação da cidade. Com relação às áreas verdes as cidades do norte do Paraná trazem a idéia de cidade jardim, que utilizavam cinturões verdes ao seu redor, aos moldes britânicos, no intuito de limitar o seu crescimento, no entanto, sem perder sua articulação com o campo.

A cidade de Mandaguari insere-se também nos estudos ligados às pequenas cidades, cujas áreas passam por um processo de esvaziamento demográfico devido à mecanização da agricultura, absenteísmo e concentração fundiária, e que atualmente apresentam certo movimento de reestruturação, devido às novas necessidades de produção, que necessitam do movimento de desconcentração espacial das diversas atividades: comércio variado, desenvolvimento da

agropecuária e indústria e de serviços públicos relacionados, por exemplo, à educação, lazer e saúde, que exigem articulações entre forças políticas nas gestões, associadas aos movimentos endógenos, que inserem a participação da sociedade nas discussões e ações de projetos para a concretização de novas possibilidades econômicas.

Com os processos de desenvolvimento e expansão da cidade, ocorreram muitas alterações no zoneamento e nas Leis de uso e ocupação do solo, retratando atualmente uma paisagem de exclusão e ocupação desordenada do território, a degradação ambiental, pouca diversidade de sistemas ecológicos, desarmonia viária, desarticulação entre praças e completa carência de áreas verdes, principalmente em áreas periféricas.

## REFERÊNCIAS

ALLEN, J. B. **The company town in the American West**. Norman: University of Oklahoma Press, 1966.

ALMANDOZ, A. The garden city in early twentieth-century Latin America. **Urban History**, v. 31, n. 3, 2004, p. 437-452.

BEEVERS, R. **The garden city utopia: a critical biography of Ebenezer Howard**. Londres: MacMillan Press, 1988.

BIGG-WITHER, T. P. The valley of the Tibagy, Brazil. **Royal Geographic Society Journal**, v. 46, 1876.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Evolução da população maringense*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CHARRIE, J. P.; GENTY, M.; LABORDE, P. **Les petites Villes en Aquitaine, 1962-1990: de la croissance à la crise - la place des petites villes dans l'armature urbaine régionale**. Aquitaine: Editions de La Maison des sciences de l'homme d'Aquitaine, 1992.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

CRINSON, M. Abadan: planning and architecture under the Anglo-Iranian oil Company. **Planning Perspectives**, v. 12, 1997.

DALLABRIDA, V. R. **Novos paradigmas para o desenvolvimento regional**. Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/geonotas/vol3-1/dala.html>>. Acesso em: 25 jul. 2005.

DE ANGELIS, B. L. D. et al. A função das áreas verdes em parques industriais: o caso de Maringá, Estado do Paraná. **Acta Sci. Technol.**, v. 29, n. 2, p. 187-193, 2007.

**DI FIDIO, M.** Architettura del paeraggio. 3 ed. Milano: Pírola, 1990.

**DI MÉO, G.** Bourgs et petites villes, nouvelles activités, nouvelles fonctions. In: **LABORIE, J. P.; RENARD, J.** Bourgs et petites villes. Toulouse: Presses Universitaires Du Mirail, 1997.

**ENDLICH, A. M.** Pensando os papéis e significados das pequenas cidades. São Paulo: UNESP, 2009.

**FERRARI, C.** Curso de planejamento municipal. São Paulo: Riograndense, 1974.

**HARVEY, D.** The limits to capital. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

**HOME, R.** Of planting and planning: the making of british colonial cities. Londres: E & FN Spon, 1997.

**HOWARD, E.** Garden cities of to-morrow. Cambridge: Mass.: The MIT Press, 1965. Primeira Edição 1899.

**JOHNSON, S.** Dictionary of the english language. Londres: Plummer and Brewis, 1825.

**KATZMAN, M. T.** Colonization as an approach to regional development: Northern Paraná, Brazil. **Economic Development and Cultural Change**, v. 26, n. 4, 1978.

**KING, A. D.** Exporting planning: the colonial and neo-colonial experience. In: **CHERRY, G. E.** (ed). **Shaping an urban world**. Londres: Mansell, 1980.

**LEME, M. C. S.** *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. 2 ed. Salvador: UFBA, 2005.

**LONGMAN DICTIONARY OF CONTEMPORARY ENGLISH**. 4 ed. Essex: Pearson Education, 2005.

**LUZ, F.** **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: Prefeitura do Município de Maringá, 1997.

**PADIS, P. C.** **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria de Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

**PARANÁ.** Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. S. I. : 1975.

**POOLE, R.** **The town and country planning act 1932 explained**: a guide to the law and practice of town and regional planning. Londres: University of Liverpool / Hobber & Stoughton, 1933.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI. **Mandaguari**: sua história, sua gente. Mandaguari: Prefeitura do Município de Mandaguari, 1982.

REGO, R. L.. **As cidades plantadas**: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná. Londrina: Humanidades, 2009.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

THE OXFORD ENGLISH REFERENCE DICTIONARY. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 1996.

THE TIMES. *Digital Archive*. Journal The Times 1785-1985, 1924.

WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical do Brasil*, IBGE, Rio de Janeiro, 1958.

WOLFF, S. F. S.. *Jardim América: primeiro bairro jardim de São Paulo e sua arquitetura*. São Paulo: IMESP, 2001.